

Vladimir Bartalini

a

**MUNICIPALIZAÇÃO DO  
VERDE PÚBLICO NA CIDADE  
DE SÃO PAULO:****DA ADMINISTRAÇÃO DOS JARDINS  
PÚBLICOS e ARBORIZAÇÃO (1900)  
À SUBDIVISÃO DE PARQUES,  
JARDINS e CEMITÉRIOS (1935)****RESUMO**

Este artigo trata da ação da municipalidade de São Paulo, no provimento de áreas verdes de recreação no primeiro período da existência do órgão administrativo, especialmente criado para essa finalidade. Cobre o intervalo de 1893, quando foi instituída a Inspetoria dos Jardins Públicos, em 1935, quando se criou a Subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios. Esse período foi marcado pela atuação de Antonio Etzel à frente da administração dos jardins públicos e da arborização urbana de São Paulo, de 1900 até sua aposentadoria em 1930. No entanto, as decisões sobre o projeto e sobre a criação ou a supressão das mais importantes áreas verdes de recreação escapavam do controle daquele órgão. Na tentativa de avaliar a ação da municipalidade no cumprimento desta atribuição foram analisados os seguintes tópicos: organização administrativa municipal e quadro técnico para os assuntos de áreas verdes; formas usuais de lazer ao ar livre (demanda) e as áreas verdes implantadas e mantidas pela prefeitura (oferta).

**ABSTRACT**

This article deals with the provision of recreational green areas in the municipal administration area of São Paulo. This study of public provision deals with a period which begins with the setting up of the Agency of Public Gardens, in 1893, and ends with the creation of the Subdivision of Parks, Gardens and Cemeteries, in 1935. The article admits the important role of Antonio Etzel as the head of the agency responsible for public garden administration from 1900 up to 1930, when he retired. Qualifying the agencies difficulties, the article mentions the ways in which decisions concerning design and planning of the most important recreational green areas often escaped the control of this agency. Three main topics were analysed with the aim of describing the performance of the municipal administration in this sector: the organization of the municipal administration and the professional staff; the recreation habits of the population using green areas and the provision record of green areas as created and maintained by the municipality.

Somente na segunda metade do século 19, com a emergência de São Paulo no cenário político e econômico nacional, as áreas verdes públicas passaram a receber maior importância e a merecer mais atenção por parte dos poderes constituídos, embora nem sempre esta atenção ganhasse materialidade.

Se, no início, muito do verde provido e administrado pelos governos provincial e municipal era destinado ao “aformoseamento” da cidade capital, outro tanto visava à recreação dos cidadãos e ambos chegavam mesmo a se confundir. De fato, não é difícil a confusão, uma vez que o se exibir, o ver e ser visto, era também uma forma de recreação, um modo de passar o tempo do não-trabalho, um hábito cultural com seus códigos próprios, que tinha nos jardins tratados com primor e nos recantos pitorescos o cenário que convinha.

Havia também, ao menos por parte de alguns funcionários da administração municipal, a preocupação com o verde que, na linguagem de hoje, teria o nome de “ambiental”. É o que atestam os relatórios da Fiscalização dos Rios e Várzeas que alertavam, desde 1893, para a necessidade de plantar e conservar os “guapesaes” que, *“além de sanarem os rios, muito contribuem para a criação de peixes”*<sup>1</sup> Vários relatos subseqüentes daquele órgão renovaram advertências com o mesmo teor e, ainda em 1927, podia-se ler no relatório da Diretoria Geral de Higiene, à qual estava subordinada a então Administração dos Jardins Públicos, o aviso de que *“nossa cidade tem insuficiência de parques, necessários à higienização do ar”* alerta que não excluía a recreação porque a cidade também precisaria de um parque *“na medida das necessidades de sua população que já exige não só a manutenção dos jardins distribuídos pelos bairros, mas também um parque de dimensões vastas, com vegetação abundante que a acolha”*<sup>2</sup>

Vê-se, assim, como as diversas funções do verde se interpenetravam desde então, como o “verde embelezador” acompanhava o “verde recreativo” e como este andava com o “verde ambiental”. Mesmo que seja difícil a separação, é do “verde recreativo” provido pela municipalidade que se tratará prioritariamente neste artigo.

## ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CORPO TÉCNICO PARA OS ASSUNTOS DE ÁREAS VERDES PÚBLICAS

Sendo São Paulo a capital da província, ela sediava a Assembléia Provincial e possuía sua própria Câmara Municipal. Vários registros nas atas da Câmara no período pré-republicano atestam a imbricação das competências provinciais e municipais no referente às áreas verdes. Afora os casos mais significativos, como as realizações do presidente da Província João Theodoro Xavier (1872-1875), não é possível saber com precisão de que esfera administrativa partiram as primeiras iniciativas de tratamento de cada um dos largos e praças que desde o início da

(1) Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo intendente municipal Cesario Ramalho da Silva – 1893. São Paulo: Typ. A vap. de Espindola, Siqueira & Comp., 1894, p. 40.

(2) Relatório de 1927 apresentado pelo dr. J. Pires do Rio, Prefeito do Município de São Paulo (1ª vol.). São Paulo: Empreza Graphica Limitada, 1928, p.180.

Figura 1  
Parque Dom Pedro II em  
1929. Área verde  
mantida pela equipe de  
Antônio Etzel  
Fonte: Prestes Maia.  
Estudo de um plano de  
avenidas para a cidade  
de São Paulo



(3) No caso do Parque da Várzea do Carmo, as obras, inclusive ajardinamento, foram contratadas por terceiros. O relatório que o administrador dos jardins, Antônio Etzel, encaminhou ao prefeito Firmiano de Moraes Pinto, sobre o ano de 1922, vinha com um teor de queixa contra os procedimentos da Diretoria de Obras, que não avisou a Administração dos Jardins quando do recebimento da obra do parque. O plantio estava incompleto, tendo a Administração dos Jardins que arcar com os serviços de *“plantação de árvores e arbustos para a formação de grupos nos gramados, replantação de árvores que constituem a arborização da parte externa do Parque, formação de canteiros com flores anuais e vivazes, principalmente roseiras enxertadas altas e tipo chorão, reforma de diversos gramados, limpeza das ruas e passeios na parte interna, construção de um barraco para depósito de ferramentas e outros materiais”* Relatório de 1922 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito dr. Firmiano de Moraes Pinto. São Paulo: Casa Vanorden, 1923, p. 174-175.

década de 1870 passaram a ser ajardinados e arborizados. A ação municipal só se tornaria mais clara a partir de 1893, ano em que se transferiu à municipalidade a administração dos jardins públicos da capital.

A referência mais antiga ao setor que passou a cuidar especialmente das áreas verdes municipais encontra-se no relatório que o intendente Cesário Ramalho da Silva enviou à Câmara referente ao exercício de 1893. Vinha designado como Inspetoria dos Jardins Públicos da Capital e seu responsável era Joaquim Mariano Galvão Bueno. Sabe-se ainda que, em fins de 1894, o setor dos Jardins Públicos, que antes pertencera à Secretaria da Intendência Municipal, entrou para a esfera da Intendência de Obras, onde permaneceu até fevereiro de 1896, quando passou a estar subordinado à Intendência de Polícia e Higiene. Ali ficaria até outubro de 1900, tendo então seu nome alterado para Administração dos Jardins Públicos e Arborização, vinculada à Diretoria de Obras, criada na mesma ocasião.

Mas já desde 1899, quando tomou posse como prefeito, Antônio da Silva Prado havia nomeado Antônio Etzel como responsável por tudo que dissesse respeito ao ajardinamento e à arborização dos logradouros municipais. Ele ficaria à frente desses serviços até se aposentar em 1930, transferindo o cargo ao seu filho e auxiliar, Arthur Etzel. Daí pode-se inferir a continuidade do esquema que vinha sendo adotado, apesar dos diferentes endereços que os assuntos atinentes aos parques e jardins ocuparam no organograma administrativo municipal. Durante todo o período considerado, as áreas verdes públicas, exceto o Parque da Várzea do Carmo (posteriormente denominado Parque Dom Pedro II), foram executadas e mantidas pela repartição municipal para isto criada<sup>3</sup>

Antônio Etzel nasceu no ano de 1856, na cidade de Trento, que pertencia então ao império austríaco, vindo a adotar, mais tarde, a cidadania italiana. Chegou ao Brasil em 1882, já com a experiência de ter ministrado aulas práticas na Escola Agrícola de San Michele, em Trento. Segundo depoimento de seu filho, Eduardo Etzel<sup>4</sup>, trouxe consigo muitas sementes de plantas, sinal que pretendia se estabelecer no ramo. Uma vez no Brasil, foi residir em Campinas, no estado de São Paulo, onde trabalhou como jardineiro, implantando jardim e pomar na residência de João Bierrenbach. Consta que o imperador Pedro II, em viagem a Campinas, esteve na residência de Bierrenbach e ficou impressionado com o trabalho do jardineiro. Recomendou-o, então, a seu ministro da Agricultura, conselheiro Antônio da Silva Prado. Por conta de um surto de febre amarela em Campinas, Antônio Etzel resolveu deixar a cidade com destino a São Paulo. Lá procurou Antônio da Silva Prado, passando então a trabalhar na chácara de dona Veridiana Prado, mãe do futuro prefeito, no bairro de Higienópolis.

Segundo seu filho Eduardo, Antônio Etzel era um homem de “poucas letras” Desempenhava bem sua função de jardineiro e tinha grande prática no seu ramo, mas não projetava jardins, ou não os projetava no modo com que hoje se espera que seja feito, ou seja, com as peças gráficas e as especificações técnicas de praxe. Também não desenhava quiosques, pontes, bancos, esculturas e demais adereços com que se costumava equipar os jardins de então. Tampouco se pode dizer que tivesse concepções originais sobre os jardins que executava, que fosse um artista da jardinagem. Seria mais próximo da verdade supor que ele fosse entrosado em seu ramo o bastante para ser beneficiário de um ambiente cultural que lhe permitia atualizar os valores estéticos que orientavam os jardins que executava. Foi com esta bagagem que pôde renovar os jardins preexistentes, *“provincianos, com canteiros altos e pequenos entremeados de ruazinhas com arvoredos irregular e polimorfo”* (Etzel, 1982, p. 59).

Ora ligada aos assuntos de higiene e polícia, ora aos assuntos viários, a unidade responsável pelos jardins públicos foi ininterruptamente comandada pelos Etzel, pai e filho, até o fim do período em pauta. Sua organização era relativamente simples quando Antônio Etzel a assumiu e assim se manteve por muito tempo. Descreve-a sucintamente Eduardo Etzel: *“Sabemos a modéstia da administração dos jardins nas primeiras décadas deste século. Uma empresa por assim dizer doméstica, na qual dois homens, o administrador e seu ajudante, formavam o quadro dirigente (técnica, contabilidade e secretaria), suficiente para um grupo de operários pequeno mas adequado. Havia a turma de jardinagem, a dos cortadores de grama, a dos podadores, os carroceiros, a turma de limpeza, os guardas presentes em todas as praças ajardinadas e finalmente os operários que reforçavam esta ou aquela falha de pessoal, permitindo que o serviço fluísse normalmente”* (Etzel, 1982).

(4) As informações sobre Antônio Etzel foram gentilmente cedidas por seu filho, Eduardo Etzel, e seu neto, Antônio Etzel Neto, em entrevista realizada em 28 de outubro de 1998. Sobre as passagens de Antônio Etzel e de seu filho Arthur na prefeitura de São Paulo ver ETZEL, Eduardo. O verde da cidade de São Paulo, *Revista do Arquivo Municipal*, n. 195, jan./dez. 1982.

Os relatórios de 1920 e 1927, enviados pelo poder executivo à Câmara Municipal, revelam como era composta a Administração dos Jardins naqueles anos. Comparando-se os dois relatórios, pode-se verificar que o número de funcionários passou de 109, em 1920, para 218, em 1927. Este expressivo aumento numérico ocorreu, em parte, entre o pessoal especializado em tarefas de jardinagem – operários, jardineiros, podadores e cortadores de grama – e em parte na função de guarda de jardim, que não requeria especialização. Nada porém se alterou no que dizia respeito à elaboração de projetos.

O órgão responsável pelos parques e jardins da cidade permanecia simples na sua estrutura, montada para a execução e a manutenção do plantio, sem contar com pessoal especializado para o projeto das áreas verdes. Os projetos dos parques e jardins, caso houvessem, eram elaborados pelo administrador ou seus auxiliares se fossem simples; se não, por profissionais de fora do serviço público ou, ainda, por técnicos de outras unidades da administração que não a dos jardins – como nas diretorias ou divisões de Obras e Serviços, ou de Obras e Viação, onde se concentravam os urbanistas.

Para avaliar o alcance da ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação convém cotejá-la com a demanda por estes espaços, o que pode ser feito com o conhecimento dos hábitos de lazer da população, o que se fará no tópico a seguir.

## FORMAS DE LAZER AO AR LIVRE E AS ÁREAS VERDES DA CIDADE

Conta Jorge Americano (1957), ao recordar a São Paulo da última virada de século, que “*era sério o problema de passar o domingo*” principalmente para as crianças. Visitar parentes era enfadonho; as matinês dos teatros, quando havia, nem sempre eram próprias para os menores. Restavam os piqueniques nas chácaras aos arredores da cidade, no Parque da Cantareira, no Parque Antártica, ou no Bosque da Saúde. Ali podia-se correr, subir em árvores, deitar-se na relva, brincar. Jovens e adultos tinham outras opções, nesses locais, além dos piqueniques feitos nos “*ranchos rústicos de sapé, com mesas compridas e bancos de tábuas*”: cantarolar árias de óperas ou namorar à sombra das árvores, jogar bocha, patinar, jogar ou assistir ao futebol, andar de bicicleta.

O hábito de passeios com piqueniques e outras diversões terá duração longa, podendo ser observado ainda hoje em alguns parques públicos de São Paulo. No início do período abordado novos locais para o exercício desse tipo de lazer foram acrescentados aos anteriormente existentes, porém nenhum deles foi implantado pela prefeitura.

Logo no início do século, em 1900, foi inaugurado o Parque Antártica, em um terreno de aproximadamente 18 hectares de propriedade da Companhia

(5) Um acordo da Light com a Companhia Antártica permitiu que se reduzisse o preço das tarifas da condução, segundo informa PONTES, José Alfredo O. V. Em busca do verde perdido, *Memória*, ano V, n. 18, abr./maio/jun. 1993.

(6) Veja-se a respeito matéria de 02 de maio de 1907 do jornal *Fanfulla*, da colônia italiana, noticiando a festa do 1º de Maio realizada naquele parque pelo Centro Socialista Internacional.

Antártica Paulista, na Água Branca. Era um parque projetado com ruas de traçado retilíneo e árvores plantadas com o fim específico de proporcionar sombra aos visitantes. Ficava a uma distância de 4,5 km do centro da cidade e era servido por uma linha de bondes elétricos da Light, com tarifas reduzidas, de modo a estimular a frequência ao parque<sup>5</sup>. Possuía cancha de bocha, campo para futebol, cimentado ou tablado para patinação, além de brinquedos para crianças. Mas o parque teve vida curta, pois em 1916 foi alugado pelo Palestra Itália para a realização de jogos de futebol, sendo posteriormente comprado pela mesma associação em 1920 (Pontes, 1993).

Também da Companhia Antártica era o Bosque da Saúde, uma área de aproximadamente 5 hectares, coberta por vegetação residual da mata atlântica, na qual se abriram algumas clareiras e trilhas. Distava mais ou menos 6,5 km do centro da cidade e também era servida por linha de bondes elétricos. Em 1925, com a abertura do loteamento do Bosque da Saúde, os paulistanos deixaram de contar com esta área verde de recreação. O local podia acolher um bom número de visitantes e, além das trilhas e dos estares sombreados para piqueniques, oferecia também espaço para bailes, como registraram periódicos da época<sup>6</sup>

Outra área verde, também particular, já bastante freqüentada na virada do século, era o Jardim da Aclimação, que atingiu seu auge na década de 20, quando oferecia ao público, além da sombra das árvores, *“botes de aluguel, remo e natação, que se desenvolviam na lagoa, o salão de baile, restaurante e ‘terrasse’. barracões para piqueniques, conjuntos musicais de sanfoneiros e violeiros, rinqe de patinação, barracas e feira de diversões. Além dessas atividades de recreação, o Jardim da Aclimação possuía uma ‘vacaria’ e uma ‘crémerie’. que eram espaços destinados a exposição de animais e venda de laticínios. E contava ainda com um zoológico que despertava grande interesse do público”* (Dorea, 1982). No entanto, na década de 30, o zoológico já estava decadente.

Além destes mais citados pelos cronistas, havia ainda outros parques, também propriedades privadas, como os do Jabaquara e da Granja Julieta, sem contar os “tivolis” e os “recreios” (Reis Filho, 1994).

Sendo propriedades particulares, tais parques durariam o tempo que conveio aos interesses dos seus proprietários. Dentre eles apenas parte do Aclimação seria revertido mais tarde ao uso público, mediante desapropriação, enquanto que o da Floresta, depois de desapropriado pela prefeitura com finalidade recreativa, seria tragado pela retificação do rio Tietê.

Mas a grande novidade em termos de lazer ao ar livre, na época ora em pauta, foi o considerável aumento verificado na prática dos esportes: canoagem, natação, ciclismo, futebol. O preço das entradas para espetáculos desportivos era relativamente baixo e mais barato do que os ingressos para outro tipo de divertimento, levando à popularização das atividades desportivas. Na primeira década do século eles se disseminaram de tal modo que os jornais lançaram o

neologismo “esportemania” para se referirem ao novo modismo. (Elazari, 1979, p. 96).

A popularização do futebol já era um fato no início desse século, sendo tão disseminados os campos, ou “campinhos” pela cidade, que a prefeitura foi levada a regulamentá-lo, com a Lei n. 702 de 5 de janeiro de 1904, com o intuito de resguardar *“as pessoas e as propriedades de quaisquer ofensas ou danos”*

Entre os depoimentos recolhidos por Ecléa Bosi (1983, p. 88-89), em seu livro *Lembrança de velhos* há um depoimento, o do sr. Amadeu, nascido em 1906, que atesta a grande disseminação do futebol nas primeiras décadas desse século, mesmo que se desconte a imprecisão e o exagero nos números: *“Comecei a jogar futebol com nove anos. Naquele tempo tinha mais de mil campos de várzea. Na Vila Maria, no Canindé, na Várzea do Glicério, cada um [dos bairros] tinha mais ou menos cinqüenta campos de futebol. Penha, pode pôr cinqüenta campos. Barra Funda, Lapa, entre vinte e vinte e cinco campos. Ipiranga, junto com Vila Prudente, pode pôr uns cinqüenta campos. Vila Matilde, uns vinte (...).”* O sr. Amadeu também dá um testemunho do processo de urbanização das várzeas: *“Quem tinha um campo de sessenta por cento e vinte metros acabou vendendo pra fábrica. (...) Cada campo tinha um clube; a maior parte dos campos eram dados pelos donos para o lugar progredir, popularizar. O dono é que pedia pra fazerem um campo nesses terrenos baldios. Quando tinha um clube, vinha o progresso. No domingo vinham duas mil pessoas assistir, e começava o comércio, o progresso.”*

Paralelamente a estas novas formas de lazer, continuavam a ser usados os jardins públicos para os tradicionais passeios, animados por bandas musicais e, muitas vezes, no Jardim da Luz, prestigiados pelo comparecimento da família do prefeito Antônio Prado. O relato de Jorge Americano recordando os passeios no largo do palácio do governo (atual Pátio do Colégio) e no Jardim da Luz, dá uma boa idéia sobre a formalidade que envolvia estes acontecimentos e sobre a estratificação social que se refletia nos espaços públicos, apesar de serem utilizados por pessoas de todas as classes: *“terminado o jantar, às cinco, as famílias dos bairros vinham vindo. Sentavam nos bancos do jardim. Os vadios eram escorraçados, e ficavam para o lado de fora das grades”. No Jardim da Luz, “ao cair da tarde vinham chegando os apreciadores de música, de todas as classes sociais. Todos os homens, mesmo operário, usavam colarinho, gravata e chapéu, todas as mulheres usavam chapéu. À proporção que chegavam os ‘funcionários’, os operários, embora de colarinho, cediam-lhes os bancos, e ficavam passeando em redor do repuxo e do lago (...). Os ‘abastados’ chegavam mais tarde, às seis e vinte, encontravam vazias as mesas ao ar livre, do bar, onde sentavam. Os operários não compravam nada. Os funcionários compravam por um tostão um cartucho de pipocas, amendoins e balas dos vendedores ambulantes. Os ‘abastados’ pediam ‘gasosas’ (um tostão), chopes (220 réis), ‘sandwiches’ (200*

*réis) e sorvetes (300 réis), sentados às mesas a que atendiam os garçons do bar”* (Americano, 1957. p. 215-218).

Afora esses usos mais formais que se davam aos jardins públicos e os mais descontraídos que se davam aos parques recreativos privados, ou então nos clubes de várzea, ocorria o lazer cotidiano nos bairros operários, já não em áreas verdes, porque eles não as possuíam, mas nas calçadas – espaços de sociabilidade para os adultos – ou na própria rua, nas quais as crianças brincavam e jogavam.

Não tendo ainda recebido os “melhoramentos” que contraditoriamente viriam a interditá-los como espaços de lazer dos moradores pobres das suas cercanias, os rios paulistanos, apesar dos transtornos das enchentes, eram uma fonte de prazer para as crianças, como relembra dona Alice: *“Quando chovia muito, a baixada do Bom Retiro ficava a Veneza brasileira. A enchente tomava conta de tudo. As famílias todas tinham barco e, durante a noite, cantando e fazendo serenata. Para nós, os moços, aquilo era uma alegria, quando o Tietê transbordava.”* (Bosi, 1983, p. 62)

Por tudo isto se pode afirmar que as opções e os programas de lazer ao ar livre, em geral, aumentaram na primeira década desse século, relativizando o cenário descrito por Jorge Americano na passagem do século 19 para o 20. Resta ver qual foi a participação da municipalidade na oferta de espaços para este tipo de lazer.

## **AÇÕES DA MUNICIPALIDADE PARA O PROVIMENTO DAS ÁREAS VERDES DE RECREAÇÃO**

Em termos de realizações pode-se dizer que, até meados da década de 20, o que se fez de mais significativo em termos de provimento e tratamento de áreas verdes públicas esteve baseado no plano de melhoramentos gerado durante a gestão de Antônio Prado (Guaraldo, 1995), implantado pela Diretoria de Obras e Viação Pública – talvez o órgão mais forte dentro da organização administrativa municipal – comandada por Vitor da Silva Freire.

Mas independentemente destes feitos, e dado o caráter propiciatório dos corpos d’água e dos vales fluviais também para a implantação de áreas verdes, é oportuno saber como eles se apresentavam no início e no fim do período em pauta para então verificar como a municipalidade se posicionou diante deste potencial.

Em 1900, as planícies dos maiores cursos d’água que atravessavam o município estavam praticamente livres de urbanização, com exceção da margem esquerda do rio Tamanduateí, já ocupada até o bairro do Ipiranga. A mancha urbana contínua não ultrapassava, ao norte, a margem esquerda do rio Tietê e os



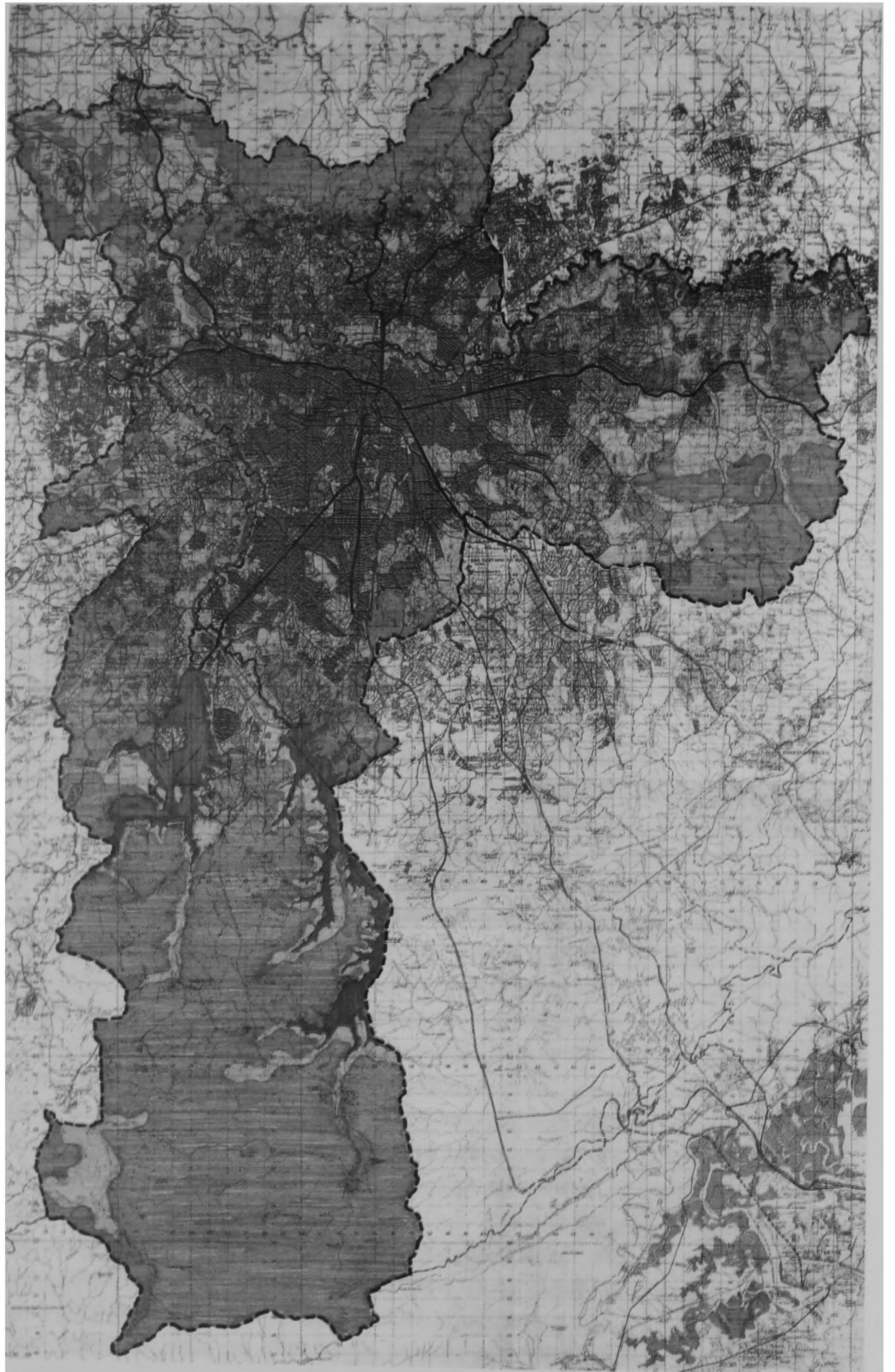


Figura 2  
As manchas em verde claro permitem estimar o potencial de áreas verdes junto aos vales fluviais em 1930  
Fonte: Sempla – PMSP

vales dos rios Pinheiros e Aricanduva estavam desocupados em praticamente toda a sua extensão.

Em 1930 a urbanização, entremeada por áreas livres, já se aproximava da planície da margem esquerda do Tietê, às vezes na própria várzea, da foz do Aricanduva à foz do Pinheiros. Já na planície da margem direita a urbanização era ainda esparsa em 1930. De fato, havia grandes extensões de planície aluvial não-ocupadas em ambos os lados do Tietê atingindo, nos limites do município, cerca de 50 quilômetros de várzea livre de urbanização em ambas as margens, com larguras que podiam chegar a centenas de metros.

O rio Tamanduateí, por sua vez, já apresentava em 1930 sua margem esquerda totalmente urbanizada, desde a divisa de São Caetano do Sul até a foz. Pela direita, a várzea era ocupada pelo grande pátio ferroviário existente entre a Mooca e o Ipiranga, enquanto o bairro de Vila Prudente já encostava no vale. Só não estavam urbanizados pequenos trechos de baixada do lado esquerdo, entre o Cambuci e a Liberdade. Por sua vez, a várzea do Carmo, junto a este rio, já estava àquela altura do século urbanizada, convertida em parque público.

Nos primeiros terraços da margem direita do rio Pinheiros estavam implantados os bairros de Santo Amaro, Brooklin Novo, Itaim, Jardim Europa e Pinheiros, mas nenhum deles chegava até a várzea. Do bairro de Pinheiros até a foz nada estava urbanizado. A margem esquerda do rio Pinheiros contava com poucos e pequenos núcleos urbanizados. De mais de 30 km era a extensão das largas faixas de áreas livres de urbanização em ambos os lados deste rio.

À beira da represa do Guarapiranga apenas um bairro, Interlagos, assentava-se, enquanto a represa Billings não apresentava qualquer sinal de urbanização.

Pode-se, assim, ter uma idéia do potencial ainda existente no fim da terceira década do século para a implantação de áreas verdes, não só com finalidade ambiental, mas também recreativa, visto que vários bairros populares estavam estabelecidos nos terraços dos maiores rios. É bem verdade que com diferentes usos – as ferrovias, as indústrias, a mineração – competiam pelo espaço das várzeas, mas ainda havia lugar para os clubes recreativos e esportivos, uns mais equipados – Tietê, Espéria, Floresta – outros mais precários – os chamados “clubes de várzea” – voltados pode-se dizer que, exclusivamente, para o futebol.

No entanto, a ação da prefeitura para garantir terras para parques junto a corpos d'água naturais limitou-se a uma intervenção pontual (que seria contraditada mais tarde): a desapropriação dos terrenos na Chácara da Floresta, às margens do Tietê, na altura da Ponte Grande, em obediência a uma das recomendações deixadas por Antoine Bouvard em sua passagem por São Paulo em 1911.

A Chácara da Floresta era uma área de lazer de propriedade privada junto à Ponte Grande do rio Tietê. A iniciativa de implantar ali o parque público

recomendado foi de autoria do vereador Armando Prado, convertida na Lei n. 1.486 de 11 de dezembro de 1911. A compra da chácara de 30.505,75 m<sup>2</sup>, que integraria o futuro parque, foi realizada em 1912. Outro terreno, vizinho a ela, de 15.600,90 m<sup>2</sup>, foi adquirido com o mesmo objetivo em 1913.

Os artigos da Lei n. 1.486, que autorizou a compra de terras para o parque, deixam claro a finalidade a que o parque deveria atender:

“Art. 1º – Fica a Prefeitura autorizada a adquirir, por compra ou pelos meios que julgue conveniente, ‘ad-referendum’ da Câmara, uma área de terreno nesta capital, que se preste à instalação do necessário a exercícios esportivos destinados à educação física da mocidade.

Art. 2º – Será feita uma secção para natação, composta de um grande lago e dependências que forem necessárias.

Art. 3º – A Prefeitura submeterá ao juízo da Câmara, em tempo oportuno, um regulamento concernente aos aludidos exercícios, dos quais se excluirá toda idéia de jogo.

Art. 4º – Para execução desta Lei, a Prefeitura fará as necessárias operações de crédito”

No relatório que o prefeito Raymundo Duprat encaminhou à Câmara Municipal, relativo ao exercício de 1911, vinha explicitado o plano da prefeitura para a implantação do Parque da Ponte Grande ou da Floresta. Tratava-se de um parque de grandes dimensões, composto pelas duas áreas desapropriadas mais os terrenos municipais devolutos situados nos fundos da Chácara da Floresta, mais os terrenos do patrimônio municipal aforados em torno da chácara, que tiveram os respectivos contratos de aforamento rescindidos. Computando-se as áreas desapropriadas, os terrenos aforados que tiveram os contratos suspensos e outros terrenos municipais devolutos nos fundos da chácara que deveriam ser integrados ao parque, chegar-se-ia a um total em torno de 300.000 m<sup>2</sup>, área não muito inferior a do maior parque paulistano de então, o da Várzea do Carmo (D. Pedro II), que possuía cerca de 450.000 m<sup>2</sup>. Os gastos com a compra de terras para a formação do parque e com as indenizações das benfeitorias existentes nos terrenos que estavam aforados atingiram, em 1911, a soma de 1.636.656\$775, quase 15% do total da receita daquele ano.

O significado deste parque para a cidade vinha expresso nas palavras do prefeito: *“Apesar de ser um melhoramento esse de não pequena monta, para os cofres do Município, a administração não hesitou em iniciá-lo, fazendo essas aquisições de terrenos, convencida como está de que é preciso dotar S. Paulo de reservatórios de ar, principalmente numa zona como essa, entre os bairros do Bom Retiro e da Luz, de grande aglomeração de habitantes, de acordo com o projeto Bouvard.”*

No entanto, aquela “grande aglomeração de habitantes” em sua maior parte constituída de trabalhadores e de suas famílias, ficou sem seu “reservatório de ar”

e sem sua área de recreação, utilizando, enquanto foi possível, os terrenos deixados ao abandono na várzea do Tietê como área de lazer improvisada.

A oferta de áreas verdes de recreação pela iniciativa privada – de que são exemplos a Chácara da Floresta, o Parque Antártica, o Bosque da Saúde, o Jardim da Aclimação, o Parque da Avenida –, a disponibilidade de vazios ainda não alcançados pela urbanização – que possibilitavam a apropriação informal para o recreio ou mesmo a formação de clubes e associações em diversos bairros ribeirinhos, assim como a reversibilidade para o lazer de terrenos do Estado, a princípio destinados a outras finalidades – como o Horto da Cantareira e o Jardim Botânico nas cabeceiras do Ipiranga –, devem ter contribuído, em um primeiro momento, para evitar pressões incômodas sobre a prefeitura, no sentido de prover espaços verdes para a recreação pública e gratuita.

E mesmo mais tarde, nos últimos anos da década de 20, as providências da prefeitura para a implantação de um parque nos terrenos do Ibirapuera serviram de argumento para justificar sua omissão na formação de um sistema de parques, tantas vezes proposto, no seu principal vale fluvial. A respeito disto vale lembrar que Ulhoa Cintra, no plano que elaborara em 1922 para o rio Tietê, ainda que preocupado com os gastos com as desapropriações, propunha diversos espaços públicos ao longo do vale, conectados por *parkways*, enquanto Saturnino de Brito, em 1924, reservava 930 hectares de terras não-construídas formadas por lagos e matas para a regularização do regime do Tietê e também por parques e “jardins acessórios” Em 1927, o mesmo Ulhoa Cintra, então presidente da Comissão de Melhoramentos do rio Tietê, novamente preocupado com os custos de desapropriações e alegando estar a prefeitura já empenhada em construir um grande parque na “várzea de Santo Amaro” ou seja, o futuro Parque Ibirapuera, dispensou todos os espaços livres propostos no vale retificado do Tietê, fossem eles para fins de “aformoseamento” ou para fins “utilitários” ou de “higiene” (Guaraldo, 1995, p. 149). E isto apesar de o prefeito Pires do Rio afirmar à Câmara, no mesmo ano de 1927, que *“à margem do Tietê, a municipalidade defende com energia, por atos e por ação judiciária, a posse de grandes áreas em que alguns jardins serão possíveis”*

Em suma, a Administração dos Jardins executava a arborização e o ajardinamento dos espaços públicos, administrava o viveiro de plantas, fiscalizava e fazia a manutenção das áreas verdes. Mas ali não se planejava nem se projetava no sentido mais completo destes termos. Se havia planejamento, era um planejamento de produção do viveiro ou de execução dos serviços. Se havia projeto, era um projeto expedito, uma resposta quase imediata a um programa quase sempre simples, reduzido ao traçado de alguns caminhos e à distribuição, sobre os canteiros, da vegetação cultivada no viveiro. Mas por mais incompleto ou simples que fosse, o ato de realizar os jardins deveria envolver uma escolha, uma preferência por certas linhas e formas, por certos materiais – vegetais ou não –,

(7) Relatório de 1927, apresentado pelo dr. J. Pires do Rio, prefeito do município de São Paulo: São Paulo, Empreza Graphica Limitada, 1928, p. 25.

um “gosto” resultante do próprio fazer, da própria prática, ou mesmo assimilado por imitação.

O que se pretende enfatizar é que o grau de liberdade ou de invenção, inerente ao projeto, era muito restrito para aqueles funcionários da prefeitura que executavam os jardins da cidade. E também que a escolha dos espaços livres a serem tratados, a sua finalidade e o próprio modo como seriam tratados, estavam fora do alcance da Administração dos Jardins. Eram decisões tomadas em outras instâncias e pautadas nas prioridades da viação e do saneamento urbanos. Muito do que foi executado em termos de áreas verdes ocorreu, no período, em largos ou praças já existentes, ou em novos logradouros derivados de intervenções viárias. Sobre estes espaços atuava a equipe comandada por Antônio Etzel. Os projetos mais complexos e de maior visibilidade eram encomendados a terceiros.

As atribuições da unidade dirigida por Antônio Etzel e, depois, por seu filho Arthur, podiam, portanto, ser numerosas e grande a quantidade de serviço. Podiam também envolver reparos nas falhas de plantação cometidas pelas empresas contratadas – como se deu no Parque da Várzea do Carmo – mas delas não constava projetar integralmente os parques ou jardins. De qualquer modo, foi sob a coordenação dos Etzel que se executaram e se mantiveram a arborização e os jardins públicos da capital no período considerado, até a reforma administrativa empreendida pelo prefeito Fábio Prado, em 1935, com a criação da Subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios.

---

**Vladimir Bartalini**

Professor do Departamento de Projeto da FAUUSP

## BIBLIOGRAFIA

- AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo*. São Paulo: Edição Saraiva, 1957.
- BARROS, Liliane, MOIZO, Rosana. Formação administrativa da cidade de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*, 1991.
- BOSI, Ecléa. *Lembranças de velhos*. São Paulo: Queroz Editor, 1983.
- SÃO PAULO (cidade). Câmara Municipal. *Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo intendente municipal Cesario Ramalho da Silva – 1893*. São Paulo: Typ. A vap. de Espindola, Siqueira & Comp., 1894.
- \_\_\_\_\_. *Relatório de 1922 apresentado à Câmara Municipal de S. Paulo pelo prefeito dr. Firmiano de Moraes Pinto*. São Paulo: Casa Vanorden, 1923.
- \_\_\_\_\_. *Relatório de 1927 apresentado pelo dr. J. Pires do Rio, prefeito do município de São Paulo (1ª vol.)*. São Paulo: Empresa Graphica Limitada, 1928.
- DOREA, Augusta Garcia Rocha. *Aclimação – História dos bairros de São Paulo*. v. 19. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1982.
- ELAZARI, Judith Mader. *Lazer e vida urbana – São Paulo – 1850-1910*. São Paulo, 1979. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- ETZEL, Eduardo. O verde na cidade de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*, n. 195, 1982.
- GUARALDO, Eliane. *São Paulo, paisagem e paisagismo na primeira república*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- PONTES, José Alfredo. Em busca do verde perdido, *Memória*, ano V, n. 18, 1993.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo e outras cidades – Produção social e degradação dos espaços urbanos*. São Paulo: Hucitec, 1994.